Deliberação camarária de
14 / 06 / 2016 ~~no verso~~ / em
folha anexa.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS '15



CANTANHEDE
MUNICÍPIO

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS ..... **iii**
ÍNDICE DE QUADROS ..... **iii**
GLOSSÁRIO DE SIGLAS ..... **iv**
1. ENQUADRAMENTO LEGAL **5**
2. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO **8**
2.1. Perímetro de Consolidação 8
2.2. Caracterização das Entidades 9
2.2.1. Município de Cantanhede 9
2.2.2. Associação Beira Atlântico Parque 9
2.2.3. BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia 10
2.2.4. INOVA-Emp. de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA 10
2.2.5. WRC-Web para a Região Centro-Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. 11
2.3. Métodos e Procedimentos de Consolidação 11
2.4. Análise Económico-Financeira Consolidada 12
2.4.1 Balanço Consolidado 12
2.4.2 Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza 13
2.4.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais 15
2.5 Indicadores de Gestão 16
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS **18**
3.1. Balanço Consolidado 19
3.2. Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza 22
3.3. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais 24
3.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 26
ANEXOS **42**
Anexo I - Movimentos Extra-Contabilísticos de Eliminação das Operações Recíprocas 43
Anexo II - Movimentos de Recebimentos/Pagamentos a Anular 47
Anexo III - Saldos e Fluxos Financeiros 49
Anexo IV - Garantias Prestadas e Contas de Ordem 53
Anexo V - Critérios Valorimétricos 55
Anexo VI - Ativo Bruto 60
Anexo VII - Amortizações e Provisões 62
TERMO DE ENCERRAMENTO **64**

2

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Perímetro de Consolidação 8

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço Consolidado Sintético 12
Quadro 2 - Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza Sintética 14
Quadro 3 – Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais Sintéticas 15
Quadro 4 - Indicadores Económico-Financeiros 16
Quadro 5 – Entidades Inseridas no Perímetro de Consolidação 27
Quadro 6 – Entidades Excluídas do Perímetro de Consolidação 28
Quadro 7 – Número Médio de Trabalhadores 29
Quadro 8 – Endividamento Consolidado a Médio e Longo Prazo 32
Quadro 9 – Dívidas a Terceiros 33
Quadro 10 – Dívida Bruta Consolidada 34
Quadro 11 – Compromissos Financeiros que não constam do Balanço Consolidado 35
Quadro 12 – Hipotecas constituídas pelas Entidades do Perímetro 36
Quadro 13 – Valor Líquido Consolidado das Vendas e Prestação de Serviços 38
Quadro 14 – Remunerações dos Órgãos Executivos, Deliberativos e de Fiscalização 38
Quadro 15 – Demonstração Consolidada de Resultados Financeiros 39
Quadro 16 - Demonstração Consolidada de Resultados Extraordinários 40
Quadro 17 - Provisões 40
Quadro 18 – Bens utilizados em Regime de Locação Financeira 41

3

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABAP - Associação Beira Atlântico Parque.

BIOCANT - BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia.

CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

INOVA - INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede EM-S.A..

MC - Município de Cantanhede.

MCI - Método de Consolidação Integral.

MEP - Método da Equivalência Patrimonial.

MSA - Método da Simples Agregação.

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

SATAPOCAL - Subgrupo de Apoio na Aplicação do POCAL.

SNC - Sistema de Normalização Contabilística.

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

WRC - WRC – Web para a Região Centro – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A..

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

As Autarquias têm-se deparado com desafios cada vez mais complexos, relacionados com o maior grau de exigência dos seus munícipes, as novas competências, os cortes orçamentais, bem assim da sua necessidade de evoluir e utilizar novas ferramentas de gestão que lhes permitam uma resposta mais atempada e sustentada, pelo que, de há uns anos a esta parte, dentro do enquadramento legal vigente, os Municípios têm recorrido a diferentes modelos organizativos para prosseguir as suas atribuições e competências, sendo os exemplos mais significativos os serviços municipalizados e as empresas municipais, as associações de municípios e as empresas intermunicipais.

A proliferação das diferentes formas de gestão dos serviços públicos locais e a intervenção de diversas entidades na prestação desses serviços vem referida no Livro Branco do Setor Empresarial, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2010, de 30 de agosto: "*A diversidade dos condicionalismos jurídicos, económicos e sociais introduzidos ao longo do tempo, levou a que as autarquias locais ampliassem, de forma nem sempre justificada, o perímetro do interesse geral, conduzindo a um alargamento do SEL de forma inesperada durante as últimas décadas. Este alargamento procurou dar resposta às alterações percecionadas pelas autarquias acerca dos utentes, dos serviços públicos, da procura feita pelos cidadãos, das necessidades a satisfazer e do funcionamento do mercado local.*"

Emana deste contexto, a lógica cada vez mais generalizada de "Grupo Autárquico", atendendo a que os Municípios integram ou controlam as entidades anteriormente mencionadas.

Não obstante serem evidentes os benefícios extraídos destas formas organizacionais, a visão global da situação económico-financeira do grupo estava seriamente comprometida pela prestação de contas individuais de cada uma das entidades. Esta dispersão da informação prejudica as definições de estratégias e as tomadas de decisão numa ótica de grupo e um desconhecimento global da situação económico-financeira dos *stakeholders*[1] autárquicos.

De forma a ultrapassar esta fragilidade, a consolidação de contas nos Municípios surge como uma ferramenta de gestão que tem como principal "*objetivo a elaboração das demonstrações económico-financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal*"[2], permitindo assim, uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

[1] Entenda-se por *stakeholders* todos os interessados nas estratégias e nas informações municipais, sendo exemplo: munícipes, investidores, fornecedores e políticos.
[2] Excerto do enquadramento da Nota Técnica emitida pelo SATAPOCAL, intitulada "Consolidação de Contas pelos Municípios – Instruções para o exercício de 2010", na sua versão de 28 de abril de 2011.

Deste modo, somente com a informação financeira obtida através da consolidação das contas dos municípios se consegue: i) conhecer a sua verdadeira situação económico-financeira; ii) melhorar o nível da avaliação do risco financeiro do grupo, iii) avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas e, consequentemente, contribuir para aperfeiçoar a gestão e o controlo destas entidades. Assim sendo, facilmente se conclui que as contas consolidadas convergem no sentido das boas práticas de governação considerando que constituem um poderoso auxiliar de gestão autárquica na medida que permitem sintetizar o desempenho económico e financeiro do Grupo Municipal.

Esta questão ganhou ainda maior expressão quando passou a constar do quadro legal português, nomeadamente na Lei n.º 2/2007[3], de 15 de janeiro, entretanto revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que instituiu o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

Nos termos do número 1 do artigo 75.º do RFALEI, *"os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas."* devendo ainda ser consolidadas, de acordo com o número 6 do mesmo artigo, as empresas locais, na proporção da participação ou detenção, os serviços intermunicipalizados, as entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais.

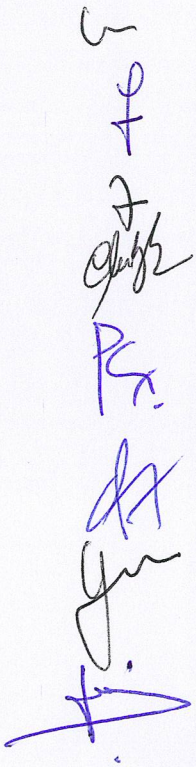
Os documentos de prestação de contas consolidados são constituídos, nos termos do número 7 do artigo 75.º do RFALEI pelo relatório de gestão, balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados por natureza, mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais e anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o número 2 do artigo 76.º do RFALEI, os documentos de prestação de contas consolidados são apreciados pelos "*órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam*" e *"elaborados e aprovados pelos órgãos executivos"*.

Assim, na elaboração das contas consolidadas adotaram-se os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos definidos na Portaria n.º 474/2010[4], de 1 de julho. Paralelamente, observaram-se as recomendações inscritas nas duas Notas Técnicas emitidas pelo SATAPOCAL[5] [6]. A primeira[7] com um conjunto de instruções sobre a consolidação de contas municipais, que permitem de forma coerente, harmoniosa e comparável, a aplicação deste

[3] Instituiu a denominada "Nova Lei das Finanças Locais", que vigorou desde de 2007 a 2013.
[4] Aprova a Orientação n.º 1/2010 intitulada de "*Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo*", que estabelece "*um conjunto de princípios enquadradores, que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no sector público administrativo.*"
[5] Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).
[6] O SATAPOCAL foi criado pelo Despacho n.º 4839/99, de 22 de fevereiro, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no D.R. n.º 57, II Série, de 9 de março e aditado pelo Despacho n.º 19942/99, de 28 de setembro, publicado no D.R. 245, II Série, de 20 de outubro, com o objetivo de salvaguardar a uniformidade interpretativa das questões suscitadas pelas autarquias locais, propondo notas técnicas e propostas de modificações legislativas, em articulação com as orientações da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública.
[7] Datada de 28 de abril de 2011.

regime. A segunda[8], com instruções para o exercício de 2014. De igual modo, também se cumpriram as regras e os procedimentos definidos no Manual de Consolidação do Município de Cantanhede[9].



[8] Datada de maio de 2015.
[9] O Manual de Consolidação do Município de Cantanhede foi aprovado na Reunião de Câmara de 02 de dezembro de 2014.

2. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

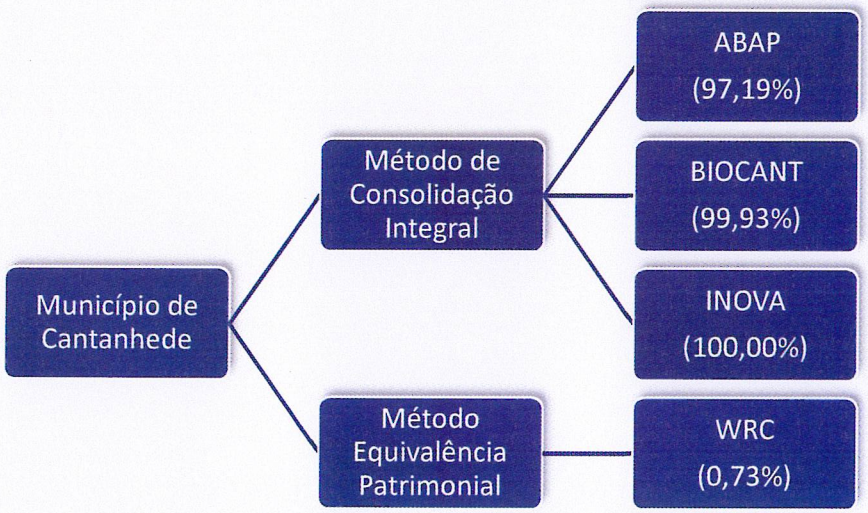
2.1. Perímetro de Consolidação

Estabelece o número 1 do artigo 75.º do RFALEI que os municípios "*apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*", sendo estes considerados as entidades mãe ou consolidantes[10]. Acresce o número 3 que o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, "*considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.*"

A aferição das entidades que constituem o perímetro de consolidação deriva da aplicação conjunta da alínea b) e da subalínea i) da alínea c) do número 4 do artigo 75.º do RFALEI, bem como do número 6 deste artigo.

Nessa conformidade, o grupo autárquico a consolidar engloba o Município de Cantanhede (MC), a Associação Beira Atlântico Parque (ABAP)[11], o BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia (BIOCANT)[12], a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A. (INOVA)[13] e a WRC – Web para a Região Centro – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. (WRC)[14], nos termos da **Figura 1.**

Figura 1 – Perímetro de Consolidação



[10] Dos termos do número 2 do artigo 75.º do RFALEI.
[11] Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da subalínea i) da alínea c), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.
[12] Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da subalínea i) da alínea c), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.
[13] Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da alínea b), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.
[14] Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos do número 6 do artigo 75.º do RFALEI.

2.2. Caracterização das Entidades

2.2.1. Município de Cantanhede

Denominação:	Município de Cantanhede
NIPC:	506 087 000
Atividade (Objeto Social):	Autarquia Local, com exercício das competências legalmente atribuídas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro
Património (euros):	46.678.358,90 euros
Sistema Contabilístico:	POCAL

2.2.2. Associação Beira Atlântico Parque

Denominação:	Associação Beira Atlântico Parque
NIPC:	504 843 354
Atividade (Objeto Social):	Exercício de atividades de investigação, desenvolvimento experimental e demonstração, a promoção, a inovação e a difusão tecnológica, a formação e a informação científica e técnica, a criação de infraestruturas de apoio tecnológico aos diversos setores de atividade económica, bem como as ações que contribuam para a modernização e desenvolvimento da área dos municípios abrangidos geograficamente.
Capital Social (euros):	2.454.360,81 euros
Participação do Município	97,19% no Capital Social da entidade
Sistema Contabilístico:	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

9

2.2.3. BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia

Denominação:	BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia
NIPC:	506 340 473
Atividade (Objeto Social):	Exercício de atividades de promoção do desenvolvimento económico com base no conhecimento, aliando a excelência da investigação e do desenvolvimento ao fomento do empreendedorismo e da produção industrial.
Capital Social (euros):	4.110.000,00 euros
Participação do Município	99,93%, no Capital Social da entidade
Sistema Contabilístico:	SNC

2.2.4. INOVA-Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A.

Denominação:	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A.
NIPC:	506 091 481
Atividade (Objeto Social):	Exercício de atividades de gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de resíduos urbanos do Município de Cantanhede, a gestão do sistema de limpeza urbana pública, a realização de eventos e feiras, a criação, a gestão e exploração de uma rede de transportes urbanos, a administração, manutenção e realização de investimentos nos espaços verdes, a gestão da Quinta Biológica e a gestão do Complexo Desportivo de Ançã.
Capital Social (euros):	11.647.332,00 euros
Participação do Município	100,00%, no Capital Social da entidade
Sistema Contabilístico:	SNC

10

2.2.5. WRC-Web para a Região Centro-Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.

Denominação:	WRC – Web para a Região Centro – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.
NIPC:	506 053 628
Atividade (Objeto Social):	Exercício de ações relacionadas à sociedade de informação e à nova economia na Região Centro.
Capital Social (euros):	1.375.750,00 euros
Participação do Município	0,73%, no Capital Social da entidade
Sistema Contabilístico:	SNC

2.3. Métodos e Procedimentos de Consolidação

Quanto aos métodos e procedimentos de consolidação, o número 8 do artigo 75.º do RFALEI determina que "*Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.*"

Segundo o Ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, poderão ser adotados três métodos de consolidação: o Método da Simples Agregação (MSA)[15]; o Método de Consolidação Integral (MCI)[16] e o Método de Equivalência Patrimonial (MEP)[17].

No cumprimento do artigo 75.º do RFALEI e da conjugação da Orientação n.º 1/2010 e das duas Notas Técnicas emitidas pelo SATAPOCAL, adotaram-se os métodos de consolidação descritos na **Figura 1**, ou seja, o Método de Consolidação Integral (MCI) para as entidades ABAP, BIOCANT e INOVA e o Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para a WRC.

[15] De acordo com a alínea a) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, este método utiliza-se quando "*na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante*".
[16] De acordo com a alínea b) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, este método utiliza-se quando "*a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada*".
[17] Nos termos da alínea c) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, este método aplica-se quando "*uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável*" o MSA ou o MCI.

2.4. Análise Económico-Financeira Consolidada

2.4.1 Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado é um documento contabilístico que espelha a situação financeira e patrimonial do Grupo Autárquico num dado momento, refletindo os ativos, os fundos próprios e os passivos representando-os de forma qualitativa e quantitativa.

Para melhor compreensão e enquadramento dos dados, dever-se-á proceder à sua leitura cruzada com a informação constante nos Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O **Quadro 1** apresenta o Balanço Consolidado Sintético reportado a 31 de dezembro dos anos de 2014 e 2015, com as respetivas variações.

Quadro 1 – Balanço Consolidado Sintético

Designação	Ano 2014	Ano 2015	Variação (2014/2015)	
			€	%
Imobilizado	139 534 934,21	144 620 678,36	5 085 744,15	3,64
Existências	1 623 808,37	1 548 880,01	-74 928,36	-4,61
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	
Dívidas de terceiros - curto prazo	2 825 177,46	2 025 224,73	-799 952,73	-28,32
Disponibilidades	5 192 687,76	4 903 140,37	-289 547,39	-5,58
Acréscimos e diferimentos	6 877 921,79	6 663 237,15	-214 684,64	-3,12
Ativo Liquido	**156 054 529,59**	**159 761 160,62**	**3 706 631,03**	**2,38**
Património	49 262 204,45	46 678 358,90	-2 583 845,55	-5,25
Reservas	27 651 063,05	32 173 002,58	4 521 939,53	16,35
Resultados transitados	1 161 456,95	3 041 113,85	1 879 656,90	161,84
Resultado líquido do exercício	3 253 951,96	2 678 611,14	-575 340,82	-17,68
Fundos Próprios	**81 328 676,41**	**84 571 086,47**	**3 242 410,06**	**3,99**
Interesses Minoritários	**29 735,23**	**30 784,08**	**1 048,85**	**3,53**
Provisões para riscos e encargos	162 493,53	153 020,00	-9 473,53	-5,83
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	31 464 832,80	25 825 913,93	-5 638 918,87	-17,92
Dívidas a terceiros - curto prazo	7 843 933,72	9 496 184,53	1 652 250,81	21,06
Acréscimos e diferimentos	35 224 857,90	39 684 171,61	4 459 313,71	12,66
Passivo	**74 696 117,95**	**75 159 290,07**	**463 172,12**	**0,62**
Fundos Próprios (com interesses minoritários) e Passivo	**156 054 529,59**	**159 761 160,62**	**3 706 631,03**	**2,38**

Uma primeira análise ao Balanço Consolidado permite verificar um aumento do valor do ***ativo líquido*** de 3.706.631,03 euros, relativamente ao ano de 2014 o que representa um crescimento de 2,38%. Este aumento resulta da conjugação da variação positiva do valor do ***imobilizado*** (5.085.744,15 euros) e das variações negativas do valor das ***existências*** (-74.928,36 euros),

das ***dívidas de terceiros de curto prazo*** (-799.952,73 euros), das ***disponibilidades*** (- 289.547,39 euros) e dos ***acréscimos e diferimentos*** (-214.684,64 euros).

Saliente-se que o aumento da componente do ***imobilizado*** se fica a dever, maioritariamente, à conclusão dos investimentos financiados por Fundos Comunitários, designadamente o Pavilhão Desportivo de Febres, o Centro Escolar de Cantanhede, o BIOCANT III, a Unidade Piloto e a Ampliação da ETAR de Murtede.

Quanto aos ***fundos próprios***, o seu valor foi acrescido em 3.242.410,06 euros, em função da conjugação das variações positivas dos valores das ***reservas*** (4.521.939,53 euros) e dos ***resultados transitados*** (1.879.656,90 euros) com as variações negativas do valor do ***património*** (-2.583.845,55 euros) e do ***resultado líquido do exercício*** (-575.340,82 euros).

Informe-se que as variações registadas nos valores das ***reservas*** e do ***património*** ocorreram na entidade consolidante e estão devidamente relatadas nas contas individuais.

No tocante ao ***resultado líquido do exercício***, as atividades do Grupo Autárquico geraram um resultado positivo de 2.678.611,14 euros em 2015. Trata-se de um valor bastante significativo, ainda que corresponda a um decréscimo de 575.340,82 euros em relação ao exercício anterior, o que em grande parte se fica a dever ao aumento das transferências concedidas.

Relativamente ao ***passivo***, regista-se um acréscimo no valor de 463.172,12 euros, decorrente da conjugação da variação positiva do valor dos ***acréscimos e diferimentos*** (4.459.313,71 euros) e das ***dívidas a terceiros de curto prazo*** (1.652.250,81 euros) com as variações negativas do valor das ***provisões para riscos e encargos*** (-9.473,53 euros) e *das* ***dívidas a terceiros de médio e longo prazo*** (-5.638.918,87 euros).

Apesar das ***dívidas a terceiros*** terem apresentado uma diminuição de 3.986.668,06 euros, esta não foi suficiente para compensar o acréscimo em 4.459.313,71 euros dos ***acréscimos e diferimentos,*** devido especialmente ao reconhecimento dos ***proveitos diferidos***, correspondendo estes a incentivos comunitários atribuídos, a título de subsídio, para a realização de investimentos, resultando daqui uma variação positiva no total do ***passivo*** do Grupo Autárquico em 463.172,12 euros.

2.4.2 Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza

A Demonstração de Resultados é um documento contabilístico que espelha o desempenho da autarquia num dado momento, refletindo os proveitos e os custos ocorridos. Pela diferença entre ambos, obtém-se o resultado do exercício, podendo este ser dividido, em função da sua natureza, em resultado operacional, financeiro e extraordinário.

O **Quadro 2** reflete a Demonstração Consolidada dos Resultados Sintética, por Natureza, reportada a 31 de dezembro dos anos de 2014 e 2015, com as respetivas variações. Da sua análise, verifica-se que as atividades do Grupo Autárquico geraram um resultado positivo de

2.678.611,14 euros em 2015. Trata-se de um valor bastante significativo, ainda que corresponda a um decréscimo de 575.340,82 euros em relação ao exercício anterior, o que em grande parte se fica a dever ao aumento das transferências concedidas.

Quadro 2 - Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza Sintética

Designação	Ano 2014	Ano 2015	Variação (2014/2015)	
			€	%
CMVMC	1 345 418,50	1 372 094,34	26 675,84	1,98
Fornecimentos e serviços externos	8 491 380,05	8 937 522,78	446 142,73	5,25
Custos com pessoal	7 884 224,47	7 782 449,85	-101 774,62	-1,29
Transf. e subs. correntes concedidos	1 047 963,88	1 067 129,65	19 165,77	1,83
Amortizações do exercício	7 410 170,84	7 644 638,85	234 468,01	3,16
Provisões do exercício	143 297,70	54 990,41	-88 307,29	-61,63
Outros custos e perdas operacionais	269 650,59	211 473,96	-58 176,63	-21,57
Custos e perdas financeiros	625 829,17	498 343,20	-127 485,97	-20,37
Custos e perdas extraordinários	1 144 023,73	1 443 726,38	299 702,65	26,20
Impostos sobre o rendimento do exercicio	89 002,93	174 765,08	85 762,15	96,36
Total dos custos e perdas	**28 450 961,86**	**29 187 134,50**	**736 172,64**	**2,59**
Interesses Minoritários	**3 916,10**	**3 018,93**	**-897,17**	**-22,91**
Vendas e prestações de serviços	7 892 167,54	8 159 133,72	266 966,18	3,38
Impostos e taxas	8 264 780,31	8 248 642,45	-16 137,86	-0,20
Trabalhos para a própria entidade	1 188 299,17	1 248 477,25	60 178,08	5,06
Proveitos suplementares	6 391,31	6 047,94	-343,37	-5,37
Transferências e subsidios obtidos	10 024 311,72	10 340 177,07	315 865,35	3,15
Outros proveitos e ganhos operacionais	22 149,45	39 387,10	17 237,65	77,82
Reversões amortizações e ajustamentos	10 904,51	0,00	-10 904,51	-100,00
Proveitos e ganhos financeiros	1 360 526,58	1 274 458,74	-86 067,84	-6,33
Proveitos e ganhos extraordinários	2 939 299,33	2 552 440,30	-386 859,03	-13,16
Total dos proveitos e ganhos	**31 708 829,92**	**31 868 764,57**	**159 934,65**	**0,50**
Resultados Operacionais	**816 897,98**	**971 565,69**	**154 667,71**	**18,93**
Resultados Financeiros	**734 697,41**	**776 115,54**	**41 418,13**	**5,64**
Resultados Correntes	**1 551 595,39**	**1 747 681,23**	**196 085,84**	**12,64**
Resultados Extraordinários	**1 795 275,60**	**1 108 713,92**	**-686 561,68**	**-38,24**
Resultado antes de Impostos	**3 346 870,99**	**2 856 395,15**	**-490 475,84**	**-14,65**
Resultado Líquido Consolidado do Exercício	**3 257 868,06**	**2 681 630,07**	**-576 237,99**	**-17,69**
Resultado Líquido do Exercício (exc. Interesses Minoritários)	**3 253 951,96**	**2 678 611,14**	**-575 340,82**	**-17,68**

No que respeita aos **custos e perdas**, contribuíram para estes de forma considerável os ***fornecimentos e serviços externos*** (8.937.522,78 euros), os ***custos com o pessoal*** (7.782.449,85 euros), as ***amortizações do exercício*** (7.644.638,85 euros), os ***custos e perdas extraordinários*** (1.443.726,38 euros), o ***custo das mercadorias vendidas e matérias***

consumidas (1.372.094,34 euros) e as ***transferências e subsídios correntes concedidos*** (1.067.129,65 euros).

No que concerne aos ***proveitos e ganhos***, o aumento no valor de 159.934,65 euros deveu-se à variação positiva das ***transferências e subsídios obtidos*** (315.865,35 euros), das ***vendas e prestações de serviços*** (266.966,18 euros), dos ***trabalhos para a própria entidade*** (60.178,08 euros) e dos ***outros proveitos e ganhos operacionais*** (17.237,65 euros), conjugada com a diminuição das outras rubricas dos ***proveitos e ganhos***.

2.4.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais

A análise dos fluxos de caixa permite uma visão geral dos movimentos financeiros na ótica dos pagamentos e dos recebimentos.

O **Quadro 3** representa uma visão sintetizada dos fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais ocorridos no exercício de 2015. Da sua análise, constata-se que os totais dos ***recebimentos*** e dos ***pagamentos*** sofreram um acréscimo, quando comparados com os do ano anterior, de 4.160.305,97 euros e 5.282.291,40 euros, respetivamente. Estes aumentos devem-se, essencialmente, ao encerramento dos diversos quadros financeiros comunitários que, como já foi reportado, financiaram diversos investimentos realizados pelo Grupo Autárquico.

Quadro 3 – Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais Sintéticas

Designação	Ano 2014	Ano 2015	Variação (2014/2015)	
			€	%
Execução Orçamental	3 806 219,41	4 650 101,01	843 881,60	22,17
Operações de Tesouraria	559 177,25	542 586,75	-16 590,50	-2,97
Saldo de Gerência Anterior	**4 365 396,66**	**5 192 687,76**	**827 291,10**	**18,95**
Total das Receitas Orçamentais	33 153 614,60	36 932 546,02	3 778 931,42	11,40
Operações de Tesouraria	1 154 195,64	1 535 570,19	381 374,55	33,04
Total dos recebimentos	**34 307 810,24**	**38 468 116,21**	**4 160 305,97**	**12,13**
Total das Despesas Orçamentais	32 309 733,01	37 282 397,53	4 972 664,52	15,39
Operações de Tesouraria	1 170 786,14	1 480 413,02	309 626,88	26,45
Total dos pagamentos	**33 480 519,15**	**38 762 810,55**	**5 282 291,40**	**15,78**
Execução Orçamental	4 650 101,00	4 300 249,50	-349 851,50	-7,52
Operações de Tesouraria	542 586,75	597 743,92	55 157,17	10,17
Saldo para a Gerência Seguinte	**5 192 687,75**	**4 897 993,42**	**-294 694,33**	**-5,68**

Os fluxos financeiros realizados pelo Grupo Autárquico, no decorrer do exercício económico de 2015, geraram um ***saldo de gerência*** para 2016 de 4.897.993,42 euros, inferior em 294.694,33 euros ao ***saldo da gerência anterior***, justificado pelo encerramento dos diversos quadros

comunitários, que obrigou a um dispêndio financeiro superior, que se verificou com maior incidência no último trimestre do ano.

2.5 Indicadores de Gestão

A análise do **Quadro 4** proporciona uma panorâmica geral sobre os rácios considerados mais significativos em termos de análise financeira. Estes rácios representam relações de quociente entre grandezas consideradas representativas, pelo que a sua consulta permite a retirada de conclusões importantes. Será fundamental referir que é necessário integrar os vários indicadores dado que a sua análise isolada poderá conduzir a conclusões pouco válidas.

Quadro 4 - Indicadores Económico-Financeiros

Indicadores	Ano 2014 %	Ano 2015 %
Rácios Económico-financeiros		
Liquidez geral (Ativo circulante / Passivo circulante (Dívidas CP))	1,23	0,89
Liquidez reduzida ((Ativo circulante - Existências) / Passivo circulante(Dívidas CP))	1,02	0,73
Liquidez imediata (Disponibilidades / Passivo circulante(Dívidas CP))	0,66	0,52
Solvabilidade ((Fundos próprios+Interesses minoritários) / Passivo)	1,09	1,13
Autonomia financeira ((Fundos próprios + Interesses minoritários) / Ativo)	0,52	0,53

O ***Rácio de Liquidez Geral*** mede a capacidade do Grupo Autárquico em fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, sendo desejável que o rácio ultrapasse a unidade, situação em que o ativo é suficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto mais baixo o valor observado, maior a vulnerabilidade da entidade. O Grupo Autárquico apresenta no ano económico em análise um ***Rácio de Liquidez Geral*** de 0,89.

O ***Rácio de Liquidez Reduzida*** é semelhante ao anterior, acrescentando-lhe algum rigor dado a dificuldade de transformar as existências em meios monetários com o valor que apresentam no Balanço. À semelhança do rácio anterior, quanto mais elevado for o seu valor, maior a solvabilidade de curto prazo do Grupo Autárquico, sendo desejável que o seu valor ultrapasse a unidade. A assunção desse valor significa que o Grupo Autárquico tem ativos líquidos suficientes para fazer face às responsabilidades de curto prazo, mesmo sem contar com a liquidação das existências. O Grupo Autárquico apresenta um ***Rácio de Liquidez Reduzida*** de 0,73.

O ***Rácio de Liquidez Imediata*** é um rácio financeiro que mede a capacidade da organização de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo utilizando apenas disponibilidades financeiras imediatas, tratando-se por isso da forma de liquidez mais exigente. Quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo do Grupo Autárquico. Este rácio apresenta em 2015 um valor de 0,52.

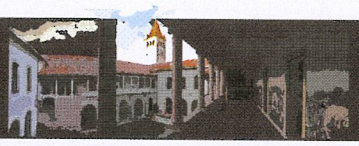
O ***Rácio de Solvabilidade*** é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos ativos da entidade financiados por fundos próprios. Basicamente reflete a capacidade do Grupo Autárquico pagar os seus compromissos a médio e longo prazo. Este rácio apresenta o valor de 1,13.

O ***Rácio de Autonomia Financeira*** é um rácio financeiro que mede a solvabilidade da entidade determinando a proporção dos ativos que são financiados com fundos próprios. Quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira do Grupo Autárquico. O Grupo Autárquico financia 0,53 dos seus ativos com fundos próprios.

17



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



Balanço Consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Cantanhede — **Ano: 2015**

(Un: Euro)

Código Contas	ATIVO	2015 AB	2015 AP	2015 AL	2014 AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	7 872 649,32	0,00	7 872 649,32	7 545 639,78
452	Edifícios	711 693,32	262 109,72	449 583,60	466 178,96
453	Outras construções e infra-estruturas	78 839 016,82	43 370 813,69	35 468 203,13	36 466 936,76
455	Bens do património histórico, artístico, e cultural	539 611,85	417 231,51	122 380,34	149 059,16
459	Outros bens de domínio público	625 094,14	46 632,36	578 461,78	563 399,61
445	Imobilizações em curso	1 690 641,02	0,00	1 690 641,02	2 141 308,32
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		90 278 706,47	44 096 787,28	46 181 919,19	47 332 522,59
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	924 893,89	898 747,99	26 145,90	117 729,75
433	Propriedade industrial e outros direitos	636 224,80	291 126,31	345 098,49	259 103,14
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de Consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 561 118,69	1 189 874,30	371 244,39	376 832,89
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	12 356 571,53	0,00	12 356 571,53	11 658 519,68
422	Edifícios e outras construções	55 230 560,86	9 923 878,97	45 306 681,89	37 644 021,34
423	Equipamento básico	49 191 586,49	17 102 610,39	32 088 976,10	30 351 888,43
424	Equipamento de transporte	2 941 490,18	2 815 445,97	126 044,21	167 508,08
425	Ferramentas e utensílios	1 077 749,33	1 000 594,18	77 155,15	28 059,24
426	Equipamento administrativo	3 140 356,42	2 648 156,35	492 200,07	464 304,32
427	Taras e vasilhame	40,00	40,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	6 537 783,35	3 624 235,10	2 913 548,25	3 343 087,84
442	Imobilizações em curso	2 658 723,38	0,00	2 658 723,38	6 115 652,69
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		133 134 861,54	37 114 960,96	96 019 900,58	89 773 041,62
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	770 043,03	103 997,31	666 045,72	671 980,75
412	Obrigações e títulos de participação	1 179 156,95	0,00	1 179 156,95	1 179 156,95
414	Investimentos em imóveis	200 850,21	0,00	200 850,21	200 850,21
415	Outras aplicações financeiras	1 561,32	0,00	1 561,32	549,20
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 151 611,51	103 997,31	2 047 614,20	2 052 537,11
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	492 996,52	30 787,20	462 209,32	530 347,25
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	1 086 670,69	0,00	1 086 670,69	1 093 461,12
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 579 667,21	30 787,20	1 548 880,01	1 623 808,37
	Dívidas de Terceiros - Médio e Longo prazo				
268108	Devedores de Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de Terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	654 515,55	0,00	654 515,55	572 832,66
212	Contribuintes, c/c	9 965,79	0,00	9 965,79	13 209,72
213	Utentes, c/c	60 124,27	0,00	60 124,27	55 255,79
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	518 007,42	518 007,42	0,00	-43,05
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	1 845,00	0,00	1 845,00	1 845,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	332 177,47	0,00	332 177,47	97 164,75
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	968 377,85	2 152,77	966 225,08	2 084 649,59
215	Clientes, Cont. Utentes - Multas / Outras Penalidades	371,57	0,00	371,57	263,00
		2 545 384,92	520 160,19	2 025 224,73	2 825 177,46
	Títulos negociáveis				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	4 898 948,37	0,00	4 898 948,37	5 185 899,91
11	Caixa	4 192,00	0,00	4 192,00	6 787,85
		4 903 140,37	0,00	4 903 140,37	5 192 687,76
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	6 489 730,54	0,00	6 489 730,54	6 663 947,03
272	Custos diferidos	173 506,61	0,00	173 506,61	213 974,76
					0,00
		6 663 237,15	0,00	6 663 237,15	6 877 921,79
	Total de Amortizações	0,00	82 400 593,42	0,00	
	Total de Provisões	0,00	655 973,82	0,00	
	Total do Ativo	**242 817 727,86**	**83 056 567,24**	**159 761 160,62**	**156 054 529,59**

BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Cantanhede — **Ano: 2015**

(Un: Euro)

Código Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2015	2014
	Fundos próprios			
51	**Património**		46 678 358,90	49 262 204,45
-	**Diferenças de Consolidação**		0,00	0,00
-	**Outros Instrumentos de Capital Próprio**		0,00	0,00
55	**Ajustamentos de partes de capital em empresas**		0,00	0,00
56	**Reservas de reavaliação**		0,00	0,00
	Reservas		0,00	0,00
571	Reservas legais		1 353 060,60	1 167 235,22
572	Reservas estatutárias		0,00	0,00
573	Reservas contratuais		0,00	0,00
574	Reservas livres		26 919 914,69	23 325 398,35
575	Subsídios		365 124,75	66 726,09
576	Doações		3 534 902,54	3 091 703,39
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		0,00	0,00
59	**Resultados transitados**		3 041 113,85	1 161 456,95
88	**Resultado líquido do exercício (exc. interesses minoritários)**		2 678 611,14	3 253 951,96
		Total Fundos Próprios	**84 571 086,47**	**81 328 676,41**
	Interesses Minoritários		**30 784,08**	**29 735,23**
	Passivo			
292	**Provisões para riscos e encargos**		153 020,00	162 493,53
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2611	Fornecedores de imobilizado, C/C		192 000,00	752 418,16
2613	Fornecedores de imobilizado por locação financeira		2 805 915,80	3 238 587,22
268105	Propietários de Imoveis		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros Credores		842 254,95	1 010 705,95
2312	Dívidas a instituições de crédito		21 985 743,18	26 463 121,47
			25 825 913,93	31 464 832,80
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo			
2311	Empréstimos de curto prazo		1 579 000,00	230 032,00
2312	Dívidas a instituições de crédito		4 040 688,35	3 545 360,76
269	Adiantamentos por conta de vendas		0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c		783 475,97	1 165 506,47
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		241 664,08	161 236,36
252	Credores pela execução do orçamento		0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções		6 452,93	6 452,93
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		164 096,99	203 005,41
24	Estado e outros entes públicos		358 488,51	338 694,85
264	Administração autárquica		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores		1 848 127,53	1 502 198,27
223	Fornecedores por venda a dinheiro		0,00	0,00
2251	Fornecedores c/c - Por subsídios concedidos		0,00	0,00
2612	Empreiteiros c/c		-14 351,65	206 751,36
2618	Forn. Imobilizado - Fact. em conferência/recepção		1 039,35	1 190,10
2613	Fornecedores de imobilizado por locação financeira		422 174,06	418 176,80
222	Factoring Fornecedores, c/c		0,00	0,00
2614	Factoring -Fornecedores de imobilizado e empreiteiros C/C		65 328,41	65 328,41
26151	Fornecedores de imobilizado - Por subsídios concedidos		0,00	0,00
			9 496 184,53	7 843 933,72
	Acréscimos e diferimentos			
273	Acréscimos de custos		1 132 093,99	1 269 056,37
274	Proveitos diferidos		38 552 077,62	33 955 801,53
			39 684 171,61	35 224 857,90
		Total do passivo	**75 159 290,07**	**74 696 117,95**
		Total dos fundos próprios (com interesses minoritários) e do passivo	**159 761 160,62**	**156 054 529,59**

Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA; ABAP; BIOCANT e WRC.

ORGÃO EXECUTIVO

Em..... de.....de.....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em..... de .....de.....

.....



Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Município de Cantanhede — **Ano: 2015** (Un: Euro)

Código Contas	Descrição	2015		2014	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	2 780,37		3 188,68	
	Matérias	1 369 313,97	**1 372 094,34**	1 342 229,82	**1 345 418,50**
62	Fornecimento e serviços externos	8 937 522,78		8 491 380,05	
	Custos com o pessoal:	0,00		0,00	
641+642	Remunerações	6 230 056,42		6 299 298,67	
643 a 648	Encargos sociais	1 552 393,43	**16 719 972,63**	1 584 925,80	**16 375 604,52**
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prest. Sociais	1 067 129,65	**1 067 129,65**	1 047 963,88	**1 047 963,88**
66	Amortizações do exercício	7 644 638,85		7 410 170,84	
67	Provisões do exercício	54 990,41	**7 699 629,26**	143 297,70	**7 553 468,54**
65	Outros custos e perdas operacionais	211 473,96	**211 473,96**	269 650,59	**269 650,59**
	(A)		**27 070 299,84**		**26 592 106,03**
68	Custos e perdas financeiras	498 343,20	**498 343,20**	625 829,17	**625 829,17**
	(C)		**27 568 643,04**		**27 217 935,20**
69	Custos e perdas extraordinárias	1 443 726,38	**1 443 726,38**	1 144 023,73	**1 144 023,73**
	(E)		**29 012 369,42**		**28 361 958,93**
-	Impostos sobre rendimento do exercício	-174 765,08	**-174 765,08**	-89 002,93	**-89 002,93**
	(G)		**29 187 134,50**		**28 450 961,86**
	Interesses Minoritários		**3 018,93**		**3 916,10**
88	Resultado líquido do exercício (excepto interesses minoritários)	-3 018,93	**2 678 611,14**	-3 916,10	**3 253 951,96**
			31 868 764,57		**31 708 829,92**
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias	243 761,92		244 487,42	
7112+7113	Vendas de produtos	7 050,50		6 707,33	
712	Prestações de serviços	7 908 580,16		7 641 140,93	
7114	Terrenos e recursos naturais	0,00		0,00	
713	Outras prestações de serviços	0,00		0,00	
715	Reembolsos e restituições	-258,86		-168,14	
716	Anulações	0,00	**8 159 133,72**	0,00	**7 892 167,54**
72	Impostos e taxas	8 248 642,45		8 264 780,31	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	1 248 477,25		1 188 299,17	
73	Proveitos suplementares	6 047,94		6 391,31	
74	Transferências e subsídios obtidos	10 340 177,07		10 024 311,72	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	39 387,10	**19 882 731,81**	22 149,45	**19 505 931,96**
77	Reversões amortizações e ajustamentos	0,00	**0,00**	10 904,51	**10 904,51**
	(B)	0,00	**28 041 865,53**	0,00	**27 409 004,01**
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 274 458,74	**1 274 458,74**	1 360 526,58	**1 360 526,58**
	(D)	0,00	**29 316 324,27**	0,00	**28 769 530,59**
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2 552 440,30	**2 552 440,30**	2 939 299,33	**2 939 299,33**
	(F)	0,00	**31 868 764,57**	0,00	**31 708 829,92**

Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA; ABAP; BIOCANT e WRC.

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A)	**971 565,69**	**816 897,98**
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A).....	**776 115,54**	**734 697,41**
Resultados correntes: (D)-(C)	**1 747 681,23**	**1 551 595,39**
Resultados antes de impostos: (F)-(E)	**2 856 395,15**	**3 346 870,99**
Resultados liquido consolidado do exercício: (F)-(G).....	**2 681 630,07**	**3 257 868,06**
Resultados liquido do exercício: (F)-(G)-(Interesses Minoritários)	**2 678 611,14**	**3 253 951,96**

ORGÃO EXECUTIVO

Em..... de.....de.....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em..... de .....de.....

.....



Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Município de Cantanhede

Ano: 2015
(Un: Euro)

RECEBIMENTOS	2015		2014	
Saldo da Gerência Anterior		**5 192 687,76**		**4 365 396,66**
Execução Orçamental	4 650 101,01		3 806 219,41	
Operações de Tesouraria	542 586,75		559 177,25	
Total das Receitas Orçamentais		**36 932 546,02**		**33 153 614,60**
Receitas Correntes		27 354 395,37		26 499 421,39
Receitas Capital		9 565 544,21		6 598 631,49
Receitas Outras		12 606,44		55 561,72
Operações de Tesouraria		1 535 570,19		1 154 195,64
TOTAL....		**43 660 803,97**		**38 673 206,90**
PAGAMENTOS				
Total das Despesas Orçamentais		**37 282 397,53**		**32 309 733,01**
Despesas Correntes		19 205 572,43		19 517 481,09
Despesas Capital		18 076 825,10		12 792 251,92
Operações de Tesouraria		**1 480 413,02**		**1 170 786,14**
Saldo para a Gerência Seguinte		**4 897 993,42**		**5 192 687,75**
Execução Orçamental	4 300 249,50		4 650 101,00	
Operações de Tesouraria	597 743,92		542 586,75	
TOTAL....		**43 660 803,97**		**38 673 206,90**

Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA; ABAP; BIOCANT.

ORGÃO EXECUTIVO

Em..... de.....de.....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em..... de .....de.....

.....



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

3.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

1.1.1. Entidades que, de acordo com o artigo 75.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, terão que ser obrigatoriamente integradas no perímetro de consolidação do Município

Quadro 5 – Entidades Inseridas no Perímetro de Consolidação

Entidade	Sede Social	Capital Social	Participação Capital %	Valor da Participação	Fundamentação Legal	Método de Consolidação aplicável e motivo da sua inclusão
INOVA	Zona Industrial Apartado 57 3064-909 Cantanhede	11 647 332,00	100,00	11 647 332,00	alínea b) do n.º 4 do art.º 75 do RFALEI	Método de Consolidação Integral
BIOCANT	Biocant Park - Parque Tecnológico Cantanhede Núcleo 4 - Lote 3 3060 - 197 Cantanhede	4 110 000,00	99,93	4 107 000,00	subalínea i) da alínea c) do n.º 4 do art.º 75 do RFALEI	Método de Consolidação Integral
ABAP	Biocant Park - Parque Tecnológico Cantanhede Núcleo 4 - Lote 2 3060 - 197 Cantanhede	2 454 360,81	97,19	2 385 360,81	subalínea i) da alínea c) do n.º 4 do art.º 75 do RFALEI	Método de Consolidação Integral
WRC	Curia Tecnoparque, 3780-544	1 375 750,00	0,73	10 000,00	n.º 6 do art.º 75 do RFALEI	Método de Equivalência Patrimonial

1.1.2 Entidades excluídas do perímetro de consolidação do Município de Cantanhede, conforme o estipulado no artigo 75.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro

Quadro 6 – Entidades Excluídas do Perímetro de Consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Participação Direta Capital %	Motivos da sua exclusão
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Rua Alexandre Herculano, N.º 21-B-Ap.1048 3001 - 501 Coimbra	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	1,67%	Inexistência de Controlo
Águas do Centro Litoral, S.A.	Av. Dr. Luís Albuquerque, ETA da Boavista, 3030-410 Coimbra	Tratamento de águas residuais	0,50%	Inexistência de Controlo
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro	Rua Dr. Rosa Falcão, N.º 133 3220 - 216 Miranda do Corvo	Outras atividades associativas, não especificadas	6,67%	Inexistência de Controlo
Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção ITECONS	Pólo II da Universidade de Coimbra Rua Pedro Hispano 3030 - 289 Coimbra	Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	1,05%	Inexistência de Controlo
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	Rua do Brasil, 131 3030 - 175 Coimbra	Administração Pública - atividades económicas	3,53%	Inexistência de Controlo
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	Parque Industrial de Taveiro, Lote 48, Apartado 2 3001 - 902 Coimbra	Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	4,81%	Inexistência de Controlo
COIMBRAVITA - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Rua de Tomar, 11 R/C Direto Coimbra	Encontra-se em dissolução com nomeação de liquidatário, desde 10/05/2012 (Empresa sem atividade)	2,21%	Inexistência de Controlo

1.3. Número médio de trabalhadores ao serviço das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação, devidamente individualizados por categorias

Quadro 7 – Número Médio de Trabalhadores

Entidade / Categoria	Município de Cantanhede	INOVA	BIOCANT	ABAP	TOTAL
Dirigente (Comissão de Serviço)	2	3	1		6
Técnico Superior	60	9	5		74
Cordenador/Gestor Operacional		3	1	1	5
Assistente Técnico	57	12		5	74
Assistente Operacional	80	107		1	188
Informática	3			1	4
Comissão de Serviço	4				4
Fiscais Municipais	5	1			6
Outras Carreiras não revistas	1				1
Investigadores			2		2
Bolseiros			8		8
Diversos		2	5		7
TOTAL	212	137	22	8	379

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

2.3. Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa

Apesar de não ter ocorrido uma alteração significativa face ao exercício anterior, importa aqui fazer um breve comentário à alteração do perímetro de consolidação do Município, com a inclusão no presente exercício da WRC nas contas consolidadas, por força da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Note-se que o impacto da integração desta entidade nas contas consolidadas do grupo se demonstra irrelevante, contudo, dando estrito cumprimento à RFALEI, optou-se por refletir o impacto dos resultados da WRC nas contas consolidadas, utilizando, para tal, o MEP.

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1. Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação nomeadamente, no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas

Devido à extensão dos mapas relativos ao assunto em epígrafe optou-se por apresentá-los em anexo (**ANEXO I** e **ANEXO II**)

3.4. Situação em que foi utilizada a eliminação de operações internas, se o seu efeito sobre o património, a posição financeira e os resultados conjuntos das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante

Apesar de não ser materialmente relevante uma breve referência apenas à operação interna realizada no âmbito da consolidação de contas com a INOVA, por esta não ter reconhecido dentro do mesmo exercício económico, isto é, em 2015, o pagamento efetuado pelo Município a 30 de dezembro de 2015 referente a uma fatura no montante de 5.146,98 euros.

Desta forma, a INOVA reconhecia nas suas contas uma dívida da Autarquia, quando na verdade o Município já tinha procedido ao pagamento, pelo que se anulou a dívida da INOVA por contrapartida do reconhecimento do recebimento.

3.8. Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a homogeneização da informação, bem como das razões que justificaram a sua utilização

A consolidação de contas tem como principal objetivo traduzir a situação financeira e os resultados das operações de um grupo como se de uma única entidade se tratasse. Para tal, é necessária a agregação das demonstrações financeiras de todas as entidades pertencentes ao perímetro de consolidação eliminando todas as operações realizadas entre estas, de forma que, apenas se apresentem os resultados das operações que as empresas do grupo tiveram com terceiros.

Nesta conformidade é necessário que todas as demonstrações financeiras das entidades integrantes do grupo municipal se apresentem na mesma base contabilística, de forma a poder proceder à sua agregação. Note-se que, as entidades pertencentes ao perímetro de consolidação se encontram ao abrigo do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) seguindo assim princípios e políticas contabilísticas diferentes daquelas pelas quais se rege o Município de Cantanhede (POCAL), o que levanta desde logo uma dificuldade acrescida no processo de consolidação.

Posto isto, torna-se então obrigatório numa primeira fase proceder à homogeneização de toda a informação financeira de forma a permitir somar, numa ótica linha a linha, as rubricas de ativos, passivos e fundos próprios/capital próprio constantes em Balanço, os custos/perdas/gastos e os proveitos/ganhos/rendimentos da Demonstração de Resultados, bem como os pagamentos e recebimentos, no que respeita ao mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, obtendo-se desta forma uma verdadeira imagem da posição financeira do grupo municipal.

Exemplificando, refira-se uma das diferenças mais relevantes entre o POCAL e o SNC, que diz respeito aos subsídios ao investimento. Enquanto no POCAL os subsídios para investimento associados a ativos amortizáveis, constam em balanço na rubrica dos proveitos diferidos na massa patrimonial do passivo, no relato financeiro SNC este tipo de subsídios integram as rubricas dos capitais próprios.

Prevê-se que esta dificuldade se manterá até ao relato financeiro de 2016, considerando que a partir desta data, é expectável a entrada em vigor do referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), ficando assim todo o grupo perante a mesma base contabilística.

4. Informações relativas ao endividamento

4.1. Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Quadro 8 – Endividamento Consolidado a Médio e Longo Prazo

Código / Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio / longo prazos					Eliminação de créditos / dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
	MUNICIPIO	INOVA	BIOCANT	ABAP	TOTAL		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3+4+5)	(7)	(8)= 6 - 7
2611 - Fornecedores de Imobilizado C/C	192 000,00	0,00	0,00	147 000,00	339 000,00	147 000,00	192 000,00
2613 - Fornecedores por Locação Financeira	2 767 452,14	38 463,66	0,00	0,00	2 805 915,80	0,00	2 805 915,80
268105 - Proprietários de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268 - Outros credores	842 254,95	0,00	0,00	0,00	842 254,95	0,00	842 254,95
2312 - Dívidas a instituições de crédito	13 894 613,31	4 011 251,76	3 327 423,34	752 454,77	21 985 743,18	0,00	21 985 743,18
TOTAL	**17 696 320,40**	**4 049 715,42**	**3 327 423,34**	**899 454,77**	**25 972 913,93**	**147 000,00**	**25 825 913,93**

Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA; ABAP; BIOCANT.

Merece a este nível uma referência à diminuição apreciável registada ao nível da ***dívida de médio e longo prazo***, cifrada em 5.638.918,87 euros face ao valor registado no ano anterior (31.464.832,80 euros). Esta variação resultou da diminuição sentida em todas as rubricas das ***dívidas a terceiros de médio e longo prazo*** do balanço consolidado.

Uma menção apenas para o facto da ABAP e da BIOCANT pela primeira vez terem procedido à desagregação do montante da dívida de empréstimos entre curto prazo e médio e longo prazo, passando então o valor a amortizar no próximo exercício a constar no passivo corrente dessas entidades. Contudo, esta alteração de procedimentos não inviabiliza, os resultados bastante favoráveis obtidos a este nível.

4.2. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos quatros anos seguintes, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial

Quadro 9 – Dívidas a Terceiros

Código / Designação das contas	Rubrica Paprimonial Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio / longo prazos					
		Dívida MLP a 31/12/2015	Amortizações 2017	Amortizações 2018	Amortizações 2019	Amortizações 2020	Anos seguintes
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
MUNICIPIO	2611 - Fornecedores de Imobilizado C/C	192 000,00	48 000,00	48 000,00	48 000,00	48 000,00	0,00
	2613 - Fornecedores por Locação Financeira	2 767 452,14	371 587,75	342 829,01	342 981,96	343 138,55	1 366 914,87
	268105 - Proprietários de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	262+263+267+268 - Outros credores	842 254,95	168 451,00	168 451,00	168 451,00	168 451,00	168 450,95
	2312 - Dívidas a instituições de crédito	13 894 613,31	2 900 301,54	2 541 836,92	2 488 156,92	2 488 156,92	3 476 161,01
	Subtotal	**17 696 320,40**	**3 488 340,29**	**3 101 116,93**	**3 047 589,88**	**3 047 746,47**	**5 011 526,83**
INOVA	2613 - Fornecedores por Locação Financeira	38 463,66	32 721,66	5 742,00	0,00	0,00	0,00
	262+263+267+268 - Outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2312 - Dívidas a instituições de crédito	4 011 251,76	707 508,68	669 170,94	613 861,48	545 703,43	1 475 007,23
	Subtotal	**4 049 715,42**	**740 230,34**	**674 912,94**	**613 861,48**	**545 703,43**	**1 475 007,23**
BIOCANT	2611 - Fornecedores de Imobilizado C/C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	262+263+267+268 - Outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2312 - Dívidas a instituições de crédito	3 327 423,34	375 123,14	375 123,14	375 123,14	375 123,14	1 826 930,78
	Subtotal	**3 327 423,34**	**375 123,14**	**375 123,14**	**375 123,14**	**375 123,14**	**1 826 930,78**
ABAP	2611 - Fornecedores de Imobilizado C/C	147 000,00	21 000,00	21 000,00	21 000,00	21 000,00	63 000,00
	262+263+267+268 - Outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2312 - Dívidas a instituições de crédito	752 454,77	186 483,73	186 483,73	186 483,73	186 483,73	6 519,85
	Subtotal	**899 454,77**	**207 483,73**	**207 483,73**	**207 483,73**	**207 483,73**	**69 519,85**
Eliminações Recíprocas	2611 - Fornecedores de Imobilizado C/C	-147 000,00	-21 000,00	-21 000,00	-21 000,00	-21 000,00	-63 000,00
	Subtotal	**-147 000,00**	**-21 000,00**	**-21 000,00**	**-21 000,00**	**-21 000,00**	**-63 000,00**
	TOTAL	**25 825 913,93**	**4 790 177,50**	**4 337 636,74**	**4 223 058,23**	**4 155 056,77**	**8 319 984,69**

4.3. Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza

Quadro 10 – Dívida Bruta Consolidada

RUBRICAS	Exercício Ano 2015 (*)	Ano 2014 (*)
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo		
Fornecedores de imobilizado, c/c	192 000,00	752 418,16
Fornecedores de imobilizado por locação financeira	2 805 915,80	3 238 587,22
Proprietários de Imóveis	0,00	0,00
Credores diversos por subscrição de capital social	0,00	0,00
Credores das Administrações Públicas	842 254,95	1 010 705,95
Outros Credores	0,00	0,00
Dívidas a instituições de crédito	21 985 743,18	26 463 121,47
SUB-TOTAL	**25 825 913,93**	**31 464 832,80**
Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo	1 579 000,00	230 032,00
Dívidas a instituições de crédito	4 040 688,35	3 545 360,76
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
Fornecedores, c/c	783 475,97	1 165 506,47
Factoring Fornecedores, c/c	0,00	0,00
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	241 664,08	161 236,36
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Clientes e utentes c/cauções	6 452,93	6 452,93
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	164 096,99	203 005,41
Estado e outros entes públicos	358 488,51	338 694,85
Administração autárquica	0,00	0,00
Outros credores	1 848 127,53	1 502 198,27
Fornecedores por vendas a dinheiro	0,00	0,00
Empreiteiros c/c	-14 351,65	206 751,36
Forn. Imobilizado - Fat. em conferência/receção	1 039,35	1 190,10
Fornecedores de imobilizado por locação financeira	422 174,06	418 176,80
Factoring -Fornecedores, c/c	0,00	0,00
Factoring -Fornecedores de imobilizado e empreiteiros c/c	65 328,41	65 328,41
SUB-TOTAL	**9 496 184,53**	**7 843 933,72**
TOTAL DA DÍVIDA	**35 322 098,46**	**39 308 766,52**
(-) DÍVIDAS NÃO ORÇAMENTAIS	**1 250 391,00**	**751 394,01**
TOTAL DA DÍVIDA BRUTA	**34 071 707,46**	**38 557 372,51**

Não foi só ao nível da dívida de médio e longo prazo que o grupo municipal demonstrou resultados bastante positivos, veja-se a diminuição sentida ao nível da dívida bruta que se quantificou em 4.485.665,05 euros, no exercício de 2015.

Conforme já mencionado na nota 4.1 deste documento, a alteração de procedimentos da ABAP e da BIOCANT, relativos à diferenciação entre o curto prazo e o médio e longo prazo dos empréstimos, gerou uma diminuição da dívida de empréstimos de médio e longo prazo e subsequentemente um aumento da dívida de empréstimos de curto prazo.

Acresce ainda à dívida de curto prazo o empréstimo contratualizado pela BIOCANT à Caixa Económica do Montepio Geral, no montante de 1.000.000,00 euros, para fazer face às despesas com o encerramento da Construção do BIOCANT III e Unidade Piloto.

Ainda assim, as diminuições registadas em algumas rubricas mais que compensaram os aumentos sentidos noutras, resultando num indicador bastante favorável do grupo municipal.

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

A informação relativa aos Saldos e Fluxos Financeiros, pela sua dimensão, é apresentada em anexo (**Anexo III**).

6. Informações relativas a compromissos

6.1 Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativamente aos compromissos referentes a exercícios futuros

Quadro 11 – Compromissos Financeiros que não constam do Balanço Consolidado

Entidade	ESCALONAMENTO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS				
	2016	2017	2018	Anos Seguintes	Total
Municipio de Cantanhede	13 317 249,79	4 090 434,85	3 377 734,06	13 565 325,93	**34 350 744,63**
INOVA	2 168 135,89	1 444 441,78	1 023 371,87	0,00	**4 635 949,54**
BIOCANT	66 758,34	66 758,34	66 758,34	0,00	**200 275,02**
ABAP	123 552,76	123 552,76	123 552,76	123 552,76	**494 211,04**
TOTAL	**15 675 696,78**	**5 725 187,73**	**4 591 417,03**	**13 688 878,69**	**39 681 180,23**

6.2 Descrição das responsabilidades por garantias prestadas, desdobradas de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

Também aqui, pela sua dimensão, a informação relativa às Garantias Prestadas e Contas de Ordem, é apresentada em anexo (**Anexo IV**).

No **Quadro 12** discrimina-se as hipotecas constituídas pelas entidades do perímetro, bem como a menção das receitas consignadas.

Quadro 12 – Hipotecas constituídas pelas Entidades do Perímetro

Entidade	Beneficiário	Descrição	Valor
ABAP	Caixa Geral de Depósitos	Edificio Sede da ABAP	2 280 000,00
BIOCANT	Caixa Geral de Depósitos	Edificio BIOCANT I	1 350 000,00
	Caixa de Crédito Agrícola	Edificio BIOCANT II PME's	2 600 000,00
	Caixa Económica Montepio	Edificio BIOCANT III	1 000 000,00
INOVA	Agência para o Desenvolvimento e coesão, I.P	Parte das receitas, decorrentes da aplicação dos tarifários do serviço de abatecimento público de águas residuais e gestão de resíduos urbanos.	

Informa-se que no Grupo Autárquico existem outras garantias subscritas pela INOVA e pelo BIOCANT que totalizam 2.299.616,00 euros e 1.552.200,00 euros, respetivamente, conforme mapa de responsabilidades de crédito emitido pelo Banco de Portugal.

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

7.1. Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base uma política de continuidade das operações, assente nos princípios contabilísticos geralmente aceites, baseando-se nos registos das entidades que integram o perímetro de consolidação.

Deu-se cumprimento aos principais critérios de valorimetria seguidos pelas entidades do grupo incluídas na consolidação, os quais se demonstram consistentes.

De modo a se poder perceber facilmente quais os critérios valorimétricos aplicados pelas entidades pertencentes ao grupo municipal, permitindo de um modo direto a sua comparabilidade, apresenta-se um quadro em anexo com a sua discriminação, substituindo o texto presente em relatórios anteriores (**Anexo V**).

8. Informação relativa a determinadas rúbricas

8.1 Despesas de Instalação e de Investigação e Desenvolvimento

Não existe qualquer valor referente a «***Despesas de Instalação***» constantes em balanço. No que concerne às «***Despesas de Investigação e Desenvolvimento***» apenas o Município contribui para o montante apurado, estando registados nesta rubrica os projetos que o Município contratou, destinados à execução de algumas obras e realização de algumas infraestruturas, mas que por razões de diversa natureza não se chegaram a concretizar. Do mesmo modo, foram registados nesta rubrica os planos de desenvolvimento estratégico, a Carta Social do Município de Cantanhede, bem como levantamentos topográficos.

Uma nota apenas para o facto de, no POCAL, não se encontrarem previstos "*direitos de superfície*", então, por analogia ao definido no SNC, foram enquadrados na «***Conta 433 – Propriedade Industrial e Outros Direitos***» os montantes suportados com estes direitos.

8.2 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Decorrente da análise do mapa do ***Ativo Bruto***, verifica-se um aumento significativo cifrado em 12.455.385,26 euros face ao ano anterior.

O aumento registado ao nível dos ***Bens de Domínio Público*** que ronda os 2,4 milhões de euros deve-se apenas às movimentações patrimoniais ocorridas no imobilizado do Município, as quais estão diretamente relacionadas com as obras realizadas por administração direta da Autarquia em parceria com as diversas Juntas de Freguesia do Concelho.

As rubricas associadas às ***Imobilizações Corpóreas*** totalizam um aumento global de cerca de 10 milhões de euros, que se deve essencialmente aos grandes investimentos em infraestruturas realizados pelo Município, pala INOVA e pela BIOCANT.

No que ao Município diz respeito, enfatizam-se os investimentos realizados em 2015 no Centro Escolar de Cantanhede e no Pavilhão Desportivo de Febres. Relativamente à INOVA destaca-se a ampliação da ETAR de Murtede e a Remodelação da Rede de Distribuição de Água na Póvoa da Lomba, Lemede e Praia da Tocha. Também em 2015 a BIOCANT aumentou o seu ativo em cerca de 4 milhões de euros, o que se deve maioritariamente ao Projeto BIOCANT III e Unidade Piloto.

O aumento das ***Amortizações,*** quantificado em 7.369.641,11 euros, está diretamente relacionado com as variações do ativo imobilizado anteriormente descritas.

Em face do exposto constam dos **Anexos VI** e **VII** respetivamente, os mapas que refletem os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado durante o presente exercício bem como as respetivas amortizações e provisões.

8.8. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão

Relativamente a esta nota, remete-se para o já apresentado na Nota 6.2 deste documento.

8.10. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Quadro 13 – Valor Líquido Consolidado das Vendas e Prestação de Serviços

Designação	ANO 2015	ANO 2014
Vendas	250 812,42	251 194,75
Prestações de Serviços	7 908 580,16	7 641 140,93
TOTAL	8 159 392,58	7 892 335,68

38

8.13. Remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Quadro 14 – Remunerações dos Órgãos Executivos, Deliberativos e de Fiscalização

Entidade	ANO 2015			ANO 2014		
	Remunerações Órgão Executivo	Remunerações Órgão Deliberativo	Remunerações Órgão Fiscalização	Remunerações Órgão Executivo	Remunerações Órgão Deliberativo	Remunerações Órgão Fiscalização
Municipio de Cantanhede	136 649,37	11 224,93	6 332,17	142 987,82	20 471,70	12 216,42
INOVA	79 357,55	0,00	7 500,00	79 299,32	0,00	7 500,00
BIOCANT	15 012,26	0,00	2 000,00	1 440,00	0,00	6 965,00
ABAP	0,00	0,00	2 000,00	0,00	0,00	3 920,00
TOTAL	**231 019,18**	**11 224,93**	**17 832,17**	**223 727,14**	**20 471,70**	**30 601,42**

8.16. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do ano anterior

No presente exercício não se registaram grandes alterações ao perímetro de consolidação do Município de Cantanhede face ao exercício anterior, apenas se optou neste exercício por incluir nas demonstrações financeiras consolidadas o impacto dos resultados obtidos pela WRC nos resultados do grupo apurado recorrendo ao MEP, sem, no entanto, revelar grande expressão. Esta operação resultou somente na diminuição das contas de ***partes de capital***, ***resultados transitados*** e ***resultados líquidos do exercício*** ao nível do balanço, bem como do aumento da conta de ***custos e perdas financeiras*** que resultou na diminuição dos ***resultados líquidos do exercício*** no que respeita à demonstração de resultados.

Uma breve referência para a recuperação de ativo imobilizado por parte da Autarquia, prática, essa, que advém de anos anteriores e que deverá ser prosseguida em anos futuros até se concluir o levantamento de todo o Inventário Municipal e que se traduz num impacto ao nível da rubrica de ***património*** presente em balanço.

8.17. Demonstração consolidada de resultados financeiros

Quadro 15 – Demonstração Consolidada de Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		Ano 2015	Ano 2014			Ano 2015	Ano 2014
681	Juros suportados	461 709,19	575 801,33	781	Juros obtidos	31 644,04	105 944,09
682	Perdas em entidades participadas	961,49	9 528,12	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	1 205 865,11	1 148 783,29
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	13 424,67	8 627,42
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 134,50	2 207,95	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
686	Descontos de pp. Concedidos	12,92	435,78	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	28 817,32	36 979,94
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	34 525,10	37 855,99	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-5 166,00	60 326,97
	Resultados Financeiros	776 115,54	734 697,41	789	Reembolsos e Restituições	-126,40	-135,13
	TOTAL	**1 274 458,74**	**1 360 526,58**		**TOTAL**	**1 274 458,74**	**1 360 526,58**

8.18. Demonstração consolidada de resultados extraordinários

Quadro 16 - Demonstração Consolidada de Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		Ano 2015	Ano 2014			Ano 2015	Ano 2014
691	Transferências de capital concedidas	1 386 525,03	917 569,09	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	2 494,01	4 696,64	793	Ganhos em existências	1 418,00	691,64
694	Perdas em imobilizações	2 149,05	3 644,37	794	Ganhos em imobilizações	78 373,37	680 430,15
695	Multas e Penalidades	120,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	54 998,99	99 035,26
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	62 661,47	13 615,39
697	Correções relativas a exercícios anteriores	381 906,51	101 441,04	797	Correções relativas a exercícios anteriores	144 173,87	-113 542,06
698	Outros custos e perdas extraordinárias	-329 468,22	116 672,59	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 210 814,60	2 259 068,95
	Resultados extraordinários	1 108 713,92	1 795 275,60				
	TOTAL	**2 552 440,30**	**2 939 299,33**		**TOTAL**	**2 552 440,30**	**2 939 299,33**

8.19 Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos

Quadro 17 - Provisões

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para cobranças duvidosas	514 646,45	76 639,88	71 126,14	520 160,19
Provisões para riscos e encargos	162 493,53	0,00	9 473,53	153 020,00
Provisões para depreciação de existências	33 335,95	7 016,95	9 565,70	30 787,20
Provisões para equipamento	1 029,12	0,00	0,00	1 029,12
Provisões para investimentos financeiros	232 481,01	0,00	126 578,86	105 902,15
TOTAL	**943 986,06**	**83 656,83**	**216 744,23**	**810 898,66**

As provisões para riscos e encargos foram constituídas pelos montantes das responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais, cuja resolução pelos Tribunais ainda não tenha ocorrido.

Relativamente ao valor de provisões para investimentos financeiros verifica-se uma diminuição de 126.578,86 euros, devido à dissolução de algumas empresas participadas pelo BIOCANT.

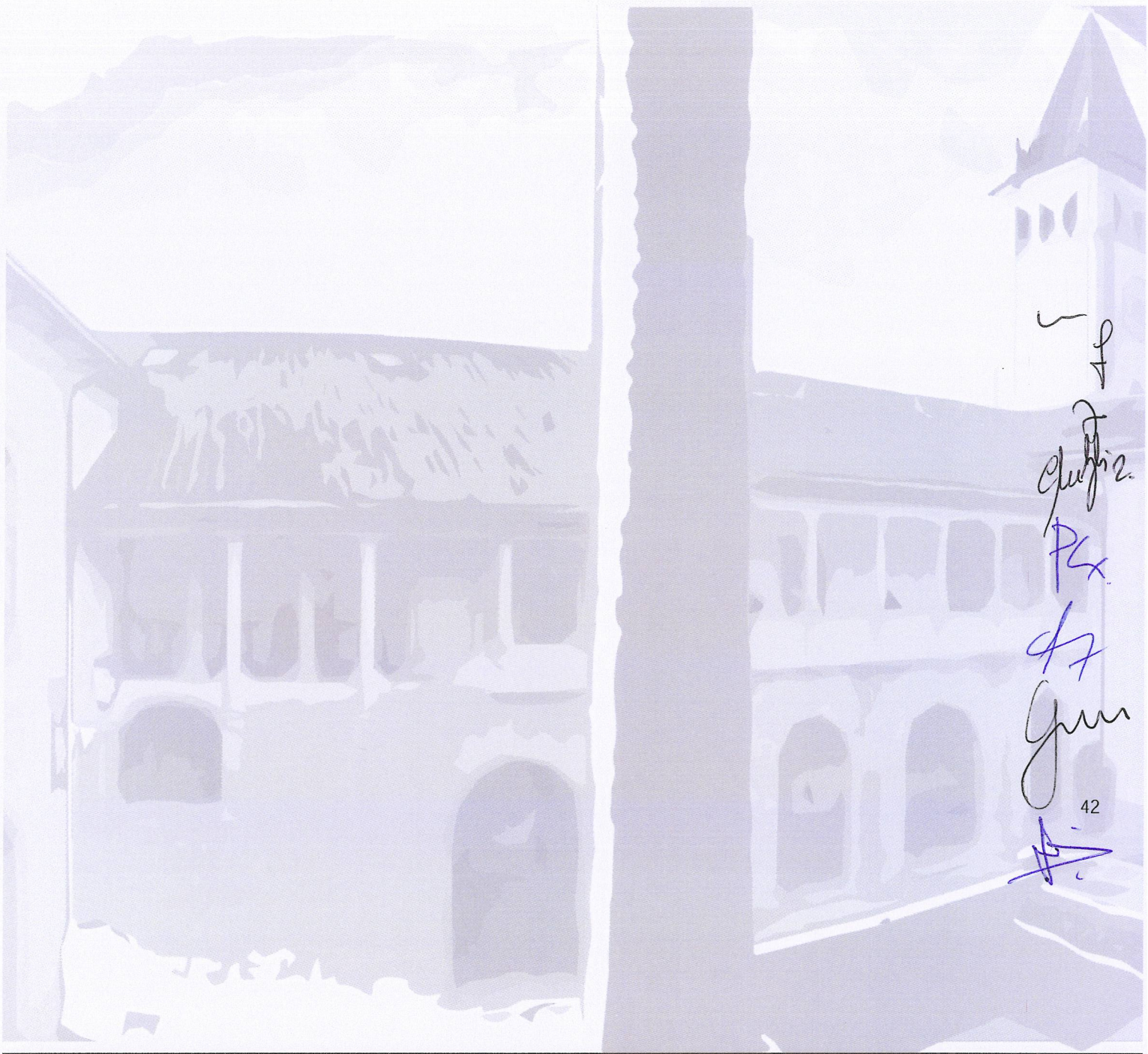
8.20. Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção do respetivo valor contabilístico

Quadro 18 – Bens utilizados em Regime de Locação Financeira

Entidade	Descrição	Locador	Nº Contrato	Data do Contrato	Valor Financiado	Valor Contabilístico
Municipio de Cantanhede	Casa Xico Pinto	Caixa Leasing e Factoring	507981	24/07/2002	841 917,39	364 765,93
	Parque Desportivo de Cantanhede(*)	Caixa Leasing e Factoring	321660	11/07/2007	3 265 720,52	4 517 518,91
	Parque Desportivo de Febres	Caixa Leasing e Factoring	320349	27/07/2007	2 099 608,80	2 347 631,19
INOVA	LEASING ETAR Vilamar e Corticeiro Terrenos e Recursos Naturais	Caixa Leasing e Factoring	CLIC/601195	27/12/2005	16 798,11	16 798,11
	LEASING ETAR Vilamar e Corticeiro Equipamento Básico	Caixa Leasing e Factoring	CLIC/601195	27/12/2005	264 170,77	180 911,57
BIOCANT					0,00	0,00
ABAP					0,00	0,00
		TOTAL			**6 488 215,59**	**7 427 625,71**

(*) Estes valores correspondem ao imobilizado inicial financiado por Locação Financeira, incluindo beneficiações complementares efetuadas pelo Municipio

Um breve comentário para o facto de, no decurso de 2015, não se terem concretizados novos contratos de locação financeira.



ANEXOS



Movimentos Extra-Contabilísticos

Anexo I

MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS DESTINADOS A ELIMINAR AS OPERAÇÕES RECÍPROCAS

OPERAÇÃO DE ELIMINAÇÃO RECÍPROCA		MUNICÍPIO / INOVA		MUNICÍPIO / BIOCANT		MUNICÍPIO / ABAP		INOVA / BIOCANT		INOVA / ABAP		BIOCANT / ABAP		TOTAL	
Descrição	Contas	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Operação 1 Eliminação de Saldos	221 - Fornecedores	0,00		0,00		0,00		0,00				217 158,11		217 158,11	0,00
	211 - Clientes		0,00		0,00				0,00				217 158,11	0,00	217 158,11
	268108 - Devedores de Imobilizado (MLP)						147 000,00							0,00	147 000,00
	268108 - Devedores de Imobilizado (CP)						21 000,00							0,00	21 000,00
	2611 - Fornecedores de imobilizado, C/C (CP)					21 000,00								21 000,00	0,00
	2611 - Fornecedores de imobilizado, C/C (MLP)					147 000,00								147 000,00	0,00
Operação 2 Anulação dos efeitos do MEP	782 - Ganhos em Entidades Participadas	591 234,22				111 118,96								702 353,18	0,00
	59 - Resultados Transitados	296 113,13			4 107 000,00		1 392 227,96							296 113,13	5 499 227,96
	411 - Partes de Capital		887 347,35	4 107 000,00		1 281 109,00								5 388 109,00	887 347,35
Operação 3 Anulação da Participação de Capital	411 - Partes de Capital		11 647 332,00		4 107 000,00		2 385 360,81						1 000,00	0,00	18 140 692,81
	Interesses minoritários				2 000,00		69 000,00							0,00	71 000,00
	51 - Património	11 647 332,00		4 109 000,00		2 454 360,81						1 000,00		18 211 692,81	0,00
Operação 4 Anulação de Mais-Valias	59 - Resultados Transitados					180 000,00								180 000,00	0,00
	414 - Investimentos Financeiros						180 000,00							0,00	180 000,00
Operação 5 Anulação do Subsídios ao Investimento concedido pelo Município à BIOCANT	691 - Custos Extraordinários				600 000,00									0,00	600 000,00
	59 - Resultados Transitados				80 000,00									0,00	80 000,00
	2745 - Proveitos Diferidos (593 - SNC)			680 000,00										680 000,00	0,00
Operação 6 Anulação dos Subsídios à Exploração concedidos pelo Município à INOVA	74 - Transferência e Subsidios Obtidos (75 SNC)	889 999,90												889 999,90	0,00
	63 - Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prest. Sociais		889 999,90											0,00	889 999,90
Operação 7 Anulação do Subsidio do Investimento atribuido à INOVA para execução da Obra de Saneamento e Águas Residuais de Enxofães e Porto Carros.	59 - Resultados Transitados (56 - SNC)	17 687,28	272 893,26											17 687,28	272 893,26
	79 - Proveitos Extraordinários (7883 - SNC)	8 843,64												8 843,64	0,00
	2745 - Proveitos Diferidos (593 - SNC)	246 362,34												246 362,34	0,00

MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS DESTINADOS A ELIMINAR AS OPERAÇÕES RECÍPROCAS

OPERAÇÃO DE ELIMINAÇÃO RECÍPROCA		MUNICÍPIO / INOVA		MUNICÍPIO / BIOCANT		MUNICÍPIO / ABAP		INOVA / BIOCANT		INOVA / ABAP		BIOCANT / ABAP		TOTAL	
Descrição	Contas	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Operação 8 Anulação do Subsidio do Investimento atribuido à INOVA para fazer face ao Investimento feito pela Inova na Construção do Complexo Desportivo de Ançã.	59 - Resultados Transitados	58 915,50	1 164 212,03											58 915,50	1 164 212,03
	79 - Proveitos Extraordinários (7883 - SNC)	50 328,15												50 328,15	0,00
	74 - Transferências e Subsídios Obtidos	527 523,42												527 523,42	0,00
	69 - Custos Extraordinários		369 859,21											0,00	369 859,21
	2745 - Proveitos Diferidos (593 - SNC e 282 - SNC)	897 304,17												897 304,17	0,00
Operação 9 Anulação do Subsidio de Investimento do Municipio de Cantanhede à Inova-EM para fazer face ao Investimento em Gestão Ambiental.	59 - Resultados Transitados	1 270 758,06	2 531 482,57											1 270 758,06	2 531 482,57
	79 - Proveitos Extraordinários (7883 - SNC)	109 567,70												109 567,70	0,00
	2745 - Proveitos Diferidos (593 - SNC)	1 151 156,81												1 151 156,81	0,00
Operação 10 Anulação do Subsidio de Investimento do Municipio de Cantanhede à Inova-EM para aquisição de dois ecotainers na vila da Tocha.	59 - Resultados Transitados (56 - SNC)	23 684,86	28 100,00											23 684,86	28 100,00
	79 - Proveitos Extraordinários (7883 - SNC)	3 304,46												3 304,46	0,00
	2745 - Proveitos Diferidos (593 - SNC)	1 110,68												1 110,68	0,00
Operação 11 Anulação de Direito de Superfície de Lotes de Terreno pertencentes à ABAP a favor da BIOCANT.	59 - Resultados Transitados											24 506,10	24 811,77	24 506,10	24 811,77
	433 - Direito de Superfície (445 SNC)												351 220,00	0,00	351 220,00
	483 - Amortizações Acumuladas (4483 SNC)											31 836,17		31 836,17	0,00
	66 - Amortizações do exercicio (64 SNC)												7 024,40	0,00	7 024,40
	274 - Proveitos Diferidos (282 SNC)											319 689,50		319 689,50	0,00
	78 - Proveitos Financeiros (7873 SNC)											7 024,40		7 024,40	0,00

MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS DESTINADOS A ELIMINAR AS OPERAÇÕES RECÍPROCAS

OPERAÇÃO DE ELIMINAÇÃO RECÍPROCA		MUNICÍPIO / INOVA		MUNICÍPIO / BIOCANT		MUNICÍPIO / ABAP		INOVA / BIOCANT		INOVA / ABAP		BIOCANT / ABAP		TOTAL	
Descrição	Contas	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Operação 12 Eliminação Proveitos/ Custos	65 - Outros Custos e Perdas Operacionais (6883 SNC)		181,53		133 560,97		194 426,01						162,60	0,00	328 331,11
	76 - Outros Proveitos Operacionais (7886 SNC)			133 560,97		193 931,78						162,60		327 655,35	0,00
	273 - Acréscimos de Custos (2722 SNC)	10 909,98	6 241,14					845,38	499,61	562,97	241,98	39 350,00		51 668,33	6 982,73
	271 - Acréscimos de Proveitos (2721 SNC)												39 350,00	0,00	39 350,00
	712 - Prestações de Serviços (722 SNC)	203 875,12		574,24				9 270,32		5 008,16		143 632,17		362 360,01	0,00
	59 - Resultados Transitados											19 675,00		19 675,00	0,00
	72 - Impostos e Taxas					494,23								494,23	0,00
	62 - Fornecimento e Serviços Externos		208 362,43		574,24				9 616,09		5 329,15		163 307,17	0,00	387 189,08
Operação 13 Anulação dos Interesses Minoritários nos Resultados do Grupo	88 - Resultados Líquidos (818 SNC)													3 212,72	193,79
	Interesses minoritários													193,79	3 212,72
Operação 14 Anulação da afetação dos Interesses Minoritários nas Reservas	574 - Reservas livres					168,60								168,60	0,00
	Interesses Minoritários						168,60							0,00	168,60
Operação 15 Anulação da afetação dos Interesses Minoritários nos Resultados Transitados	59 - Resultados Transitados				2 981,20		40 422,25							0,00	43 403,45
	Interesses Minoritários			2 981,20		40 422,25								43 403,45	0,00
Operação 16 Anulação de Mais-Valias e Menos-Valias	79421 - Terrenos e Recursos Naturais	5 671,52												5 671,52	0,00
	6942 - Perdas em imobilizações		50 045,87											0,00	50 045,87
	421 - Terrenos	44 374,35												44 374,35	0,00
Operação 17 Anulação de Mais-Valias	7942 - Terrenos e Recursos Naturais (7871 - SNC)	26 685,21												26 685,21	0,00
	66 - Amortizações do exercício (64 SNC)	2 302,04												2 302,04	0,00
	4822 - Amortizações Acumuladas (4382 - SNC)		24 822,43											0,00	24 822,43
	422 - Edifícios		6 664,62											0,00	6 664,62
	421 - Terrenos	2 499,80												2 499,80	0,00
Operação 18 Anulação de Menos-Valias	6942 - Perdas em imobilizações (6871 - SNC)		1 807,91											0,00	1 807,91
	45101 - Terrenos D. Público	1 807,91												1 807,91	0,00
Operação 19 Anulação do Direito de Servidão	6831 - Amortizações de investimentos em imóveis		11 000,00											0,00	11 000,00
	7831 - Rendimento de Imóveis	11 000,00												11 000,00	0,00
TOTAL DE CONTROLO		**18 100 352,25**	**18 100 352,25**	**9 033 116,41**	**9 033 116,41**	**4 429 605,63**	**4 429 605,63**	**10 115,70**	**10 115,70**	**5 571,13**	**5 571,13**	**804 034,05**	**804 034,05**	**32 386 201,68**	**32 386 201,68**



Movimentos de Recebimentos e Pagamentos a Anular

Anexo II

MOVIMENTOS DE RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS A ANULAR

OPERAÇÃO DE ELIMINAÇÃO RECÍPROCA		MUNICÍPIO / INOVA		MUNICÍPIO / BIOCANT		MUNICÍPIO / ABAP		INOVA / BIOCANT		INOVA / ABAP		BIOCANT / ABAP		TOTAL	
Descrição	Rubrica	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento	Recebimento	Pagamento
Eliminação dos Fluxos Recíprocos	Saldos Iniciais													**0,00**	**0,00**
	Receitas Correntes	1 329 384,64		165 705,05		239 073,36		10 018,70		5 308,57		27 489,52		**1 776 979,84**	**0,00**
	Receitas de Capital	1 069 382,63		600 000,00		21 000,00								**1 690 382,63**	**0,00**
	Despesas Correntes		1 316 249,61		165 705,05		239 073,36		10 018,70		5 308,57		27 489,52	**0,00**	**1 763 844,81**
	Despesas de Capital		1 082 517,66		600 000,00		21 000,00							**0,00**	**1 703 517,66**
TOTAL DE CONTROLO		**2 398 767,27**	**2 398 767,27**	**765 705,05**	**765 705,05**	**260 073,36**	**260 073,36**	**10 018,70**	**10 018,70**	**5 308,57**	**5 308,57**	**27 489,52**	**27 489,52**	**3 467 362,47**	**3 467 362,47**



Saldos e Fluxos de Caixa Financeiros

Anexo III

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

(Un: Euro)

Tipo de fluxos	Município / INOVA									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	369 859,21	0,00	369 859,21	0,00					
Subsídios	0,00	1 040 810,00	0,00	1 040 810,00	0,00					
Empréstimos										
Relações Comerciais	46 711,46	353 017,98	25 178,06	374 551,38	0,00	0,00	613 549,26	0,00	613 549,26	0,00
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	**46 711,46**	**1 763 687,19**	**25 178,06**	**1 785 220,59**	**0,00**	**0,00**	**613 549,26**	**0,00**	**613 549,26**	**0,00**

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

(Un: Euro)

Tipo de fluxos	Município / ABAP									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	0,00	238 536,08	0,00	238 536,08	0,00	189 043,05	501,71	0,00	21 544,76	168 000,00
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	**0,00**	**238 536,08**	**0,00**	**238 536,08**	**0,00**	**189 043,05**	**501,71**	**0,00**	**21 544,76**	**168 000,00**

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

(Un: Euro)

Tipo de fluxos	Município / BIOCANT									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	600 000,00	0,00	600 000,00	0,00					
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	718,73	164 986,32	0,00	165 705,05	0,00					
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	**718,73**	**764 986,32**	**0,00**	**765 705,05**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

(Un: Euro)

Tipo de fluxos	ABAP / BIOCANT									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	91 442,85	135 549,16	0,00	25 029,52	201 962,49	1 222,74	17 132,88		2 460,00	15 895,62
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	**91 442,85**	**135 549,16**	**0,00**	**25 029,52**	**201 962,49**	**1 222,74**	**17 132,88**	**0,00**	**2 460,00**	**15 895,62**

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

(Un: Euro)

Tipo de fluxos	INOVA / BIOCANT									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	184,81	53,51	0,00	238,32	0,00	0,00	9 780,38	0,00	9 780,38	0,00
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	**184,81**	**53,51**	**0,00**	**238,32**	**0,00**	**0,00**	**9 780,38**	**0,00**	**9 780,38**	**0,00**

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

(Un: Euro)

Tipo de fluxos	INOVA / ABAP									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamento no exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 308,57	0,00	5 308,57	0,00
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5 308,57**	**0,00**	**5 308,57**	**0,00**



Garantias Prestadas e Contas de Ordem

Anexo IV (Ponto 6.2 do POCAL)

GARANTIAS PRESTADAS E CONTAS DE ORDEM

ANO: 2015

(Un: Euro)

ENTIDADE	CONTAS		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO	
	Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
	093	**Garantias e cauções de Terceiros**						
	0932	Garantias e cauções de Terceiros, Prestadas	4 186 747,73		634 429,78		4 821 177,51	
	0933	Garantias e cauções de Terceiros, Devolvidas			30,00	1 329 405,44		1 329 375,44
Município de Cantanhede	0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas				14 697,45		14 697,45
	094	**Garantias e cauções a Terceiros**						
	0942	Garantias e cauções a Terceiros, Prestadas						
	0943	Garantias e cauções a Terceiros, Devolvidas						
	0944	Garantias e Cauções a Terceiros, Acionadas						
	093	**Garantias e cauções de Terceiros**						
	0932	Garantias e cauções de Terceiros, Prestadas	23 401,94	0,00	158 250,41	35 919,62	145 732,73	0,00
	0933	Garantias e cauções de Terceiros, Devolvidas						
	0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
BIOCANT	**094**	**Garantias e cauções a Terceiros**						
	0942	Garantias e cauções a Terceiros, Prestadas						
	0943	Garantias e cauções a Terceiros, Devolvidas						
	0944	Garantias e Cauções a Terceiros, Acionadas						
	093	**Garantias e cauções de Terceiros**						
	0932	Garantias e cauções de Terceiros, Prestadas	246 685,01	0,00	61 259,81	134 496,01	173 448,81	0,00
	0933	Garantias e cauções de Terceiros, Devolvidas						
	0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
INOVA	**094**	**Garantias e cauções a Terceiros**						
	0942	Garantias e cauções a Terceiros, Prestadas						
	0943	Garantias e cauções a Terceiros, Devolvidas						
	0944	Garantias e Cauções a Terceiros, Acionadas						
		TOTAL	**4 456 834,68**	**0,00**	**853 970,00**	**1 514 518,52**	**3 796 286,16**	**1 344 072,89**



Critérios Valorimétricos

Anexo V (Ponto 7.1 do POCAL)

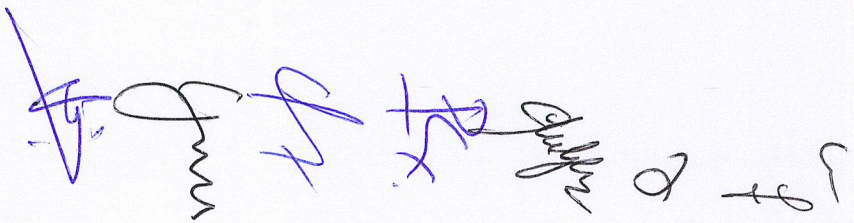
CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

ANO: 2015

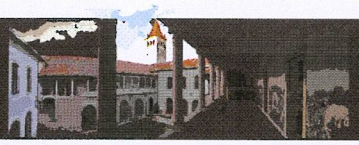
Rubricas	Município de Cantanhede	INOVA	BIOCANT	ABAP
IMOBILIZADO	O ativo imobilizado é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção (nos termos do ponto 4.1 « Imobilizações» do POCAL e da Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, que reportam as instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE)); **Exceções:** **. Bens inventariados com valor zero:** bens doados ao Município, para os quais não foi possível apurar o seu valor efetivo, sendo a sua valorização efetuada tendo em consideração critérios técnicos adequados à sua natureza; **. Bens do ativo imobilizado constantes do balanço inicial**, cujo valor foi atribuído com base em critérios técnicos adequados à sua natureza, no desconhecimento absoluto do custo, usando o método do custo ou do valor de substituição / reposição, o que corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes, deduzido da depreciação sofrida até à data da avaliação.	Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, conforme se trate de ativos adquiridos ou próprios, deduzidos das depreciações. As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultam em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício. Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».	Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os gastos com reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que são incorridos. Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a associação, se possa medir razoavelmente o seu valor e se a associação possuir o controlo sobre os mesmos. À data de cada relato, sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram.	Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os gastos com reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que ocorrem. As propriedades de investimento estão registadas ao valor de custo e incluem os Direitos de superfície;
AMORTIZAÇÕES	Amortizações calculadas de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, tendo por base as taxas preconizadas no classificador CIBE, reportando-se ao mês da sua aquisição.	As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada. As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.	As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada: Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.	As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada: Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Rubricas	Município de Cantanhede	INOVA	BIOCANT	ABAP
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	Os investimentos financeiros, ou seja, as partes de capital que o Município detém em diversas entidades societárias e não societárias, são valorizados ao custo de aquisição. É utilizado o MEP para reconhecer, no final de cada exercício económico, o valor contabilístico das participações de capital, na proporção exata da percentagem detida, apresentando-se em conta própria a evolução dos seus resultados. Este método aplica-se para as entidades nas quais a Autarquia exerce influência significativa.		Os investimentos financeiros que representam participações de capital em subsidiárias ou associadas são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. O custo de aquisição de uma participação é acrescido ou reduzido da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada; da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada; da quantia dos lucros distribuídos à participação; e da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada. As participações são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada.	As participações são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada.
EXISTÊNCIAS	As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua entrada em armazém, tendo sido adotado o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.	Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.	Incluem as matérias-primas, matérias subsidiárias e os materiais diversos em stock a 31 de dezembro. Estão registados ao custo de aquisição.	As mercadorias incluem os lotes de terreno detidos pela associação destinados a ser transacionados. Estão registados ao custo de aquisição.
DÍVIDAS DE E A TERCEIROS	As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. Quando existirem dívidas de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa, procede-se à sua transferência para a rubrica de clientes de cobrança duvidosa.	As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade. São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a INOVA não irá receber os montantes que lhe são devidos. As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.	As dívidas de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é reconhecida a respetiva perda por imparidade.	As dívidas de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é reconhecida a respetiva perda por imparidade.
DISPONIBILIDADES	Os depósitos em instituições financeiras e os respetivos valores constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.	Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.	Os montantes incluídos nos meios financeiros líquidos incluem os valores de caixa e depósitos bancários à ordem.	Os montantes incluídos nos meios financeiros líquidos incluem os valores de caixa e depósitos bancários à ordem.

Rubricas	Município de Cantanhede	INOVA	BIOCANT	ABAP
PROVISÕES	São constituídas provisões tendo por base o princípio da prudência, dando cumprimento ao estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL. São constituídas provisões para dívidas de cobrança duvidosa, para as dívidas de terceiros que se encontram em situação de mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado. Para as dívidas em mora há mais de 6 meses e menos de 12 é provisionado 50% do seu valor, no que concerne às dívidas em mora há mais de 1 ano considera-se como provisão 100% do respetivo montante.	Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento, incumprimento há mais de 6 meses, dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de falência do devedor. Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).	A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela identificação de indicadores de imparidade. A evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando: a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas; se verifiquem atrasos significativos no pagamento; e se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira. O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram.	A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela identificação de indicadores de imparidade. A evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando: a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas; se verifiquem atrasos significativos no pagamento; e se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira. O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram.
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	O Município de Cantanhede aplica o princípio da especialização do exercício, onde reconhece os custos e os proveitos quando obtidos ou ocorridos, independentemente do seu pagamento ou recebimento efetivo.		As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos (periodização económica).	As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos (periodização económica).



Rubricas	Município de Cantanhede	INOVA	BIOCANT	ABAP
SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS PARA INVESTIMENTOS	Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos, nomeadamente os proveitos que advém dos financiamentos aos investimentos realizados pela Autarquia, quer sejam cofinanciados por fundos nacionais, europeus ou oriundos de outras fontes, corrigindo-se anualmente pelo valor afeto às amortizações do imobilizado a que respeita, na proporção do cofinanciamento.	Os subsídios recebidos apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a INOVA irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Os subsídios para investimento (provenientes de fundos comunitários, do Município de Cantanhede e de comparticipações efetuadas por clientes para financiamento de infraestruturas de água, saneamento e resíduos) associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, deduzido do valor relativo ao reconhecimento do passivo fiscal que lhe está associado. Subsequentemente são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.	Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Associação irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. Os subsídios atribuídos ao Biocant, a fundo perdido, para financiamento de ativos são registados no capital próprio (59 Subsídios) e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações respetivas dos ativos financiados.	Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Associação irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios atribuídos à ABAP, a fundo perdido, para financiamento de ativos são registados no capital próprio (59 Subsídios) e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações respetivas dos ativos financiados.
LOCAÇÃO FINANCEIRA	Relativamente aos contratos de locação financeira é dado cumprimento ao princípio da substancia sobre a forma, sendo transferidos do locador para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à detenção de um ativo, independentemente de se vir a concretizar ou não a transferência do título de propriedade.	As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.		



Ativo Bruto

Anexo VI (Ponto 8.2 do POCAL)

ACTIVO BRUTO CONSOLIDADO

(Un: Euro)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates e Sinistros	Doações e Transferências Outras Entidades	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
Terrenos e recursos naturais	7 545 639,78	300 909,09	183,99	0,00	25 916,46	0,00	0,00	7 872 649,32
Edifícios	704 421,72	0,00	0,00	0,00	7 271,60	0,00	0,00	711 693,32
Outras construções e infraestruturas	76 296 147,43	614 485,63	45 449,26	0,00	1 883 378,28	443,78	0,00	78 839 016,82
Bens do património histórico, artíst. cultural	539 611,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539 611,85
Outros bens de domínio público	604 690,96	0,00	17 717,97	0,00	2 685,21	0,00	0,00	625 094,14
Imobilizações em curso	2 141 308,32	-85 760,18	1 138 719,90	0,00	-1 917 443,64	0,00	413 816,62	1 690 641,02
Adiant. por conta de bens dom. público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL	**87 831 820,06**	**829 634,54**	**1 202 071,12**	**0,00**	**1 807,91**	**443,78**	**413 816,62**	**90 278 706,47**
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de invest. e desenvolvimento	924 893,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	924 893,89
Propriedade industrial e outros direitos	498 980,84	0,00	114 793,96	0,00	0,00	0,00	22 450,00	636 224,80
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. por conta de imobiliz. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de Consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL	**1 423 874,73**	**0,00**	**114 793,96**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**22 450,00**	**1 561 118,69**
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
Terrenos e recursos naturais	11 658 519,68	404 459,58	91 862,45	11 262,04	212 991,86	0,00	0,00	12 356 571,53
Edifícios e outras construções	46 554 765,53	-198 602,25	38 079,03	0,00	8 836 804,32	485,77	0,00	55 230 560,86
Equipamento básico	45 270 369,10	6 322,58	2 278 968,61	0,00	1 641 449,28	7 355,61	1 832,53	49 191 586,49
Equipamento de transporte	2 903 729,95	0,00	43 766,57	0,00	0,00	6 006,34	0,00	2 941 490,18
Ferramentas e utensílios	990 464,21	655,06	24 160,74	0,00	63 584,12	1 114,80	0,00	1 077 749,33
Equipamento administrativo	2 915 470,22	506,00	233 927,74	0,00	0,00	14 647,54	5 100,00	3 140 356,42
Taras e vasilhame	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00
Outras imobilizações corpóreas	6 723 093,50	0,00	12 231,42	174 732,88	1 937,87	24 746,56	0,00	6 537 783,35
Imobilizações em curso	6 115 652,69	-44 893,32	7 400 981,46	0,00	-10 813 017,45	0,00	0,00	2 658 723,38
Adiant. por conta de imobiliz. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL	**123 132 104,88**	**168 447,65**	**10 123 978,02**	**185 994,92**	**-56 250,00**	**54 356,62**	**6 932,53**	**133 134 861,54**
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
Partes de capital	902 556,92	-5 935,03	0,00	0,00	0,00	126 578,86	0,00	770 043,03
Obrigações e títulos de participação	1 179 156,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 179 156,95
Investimentos em imóveis	200 850,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200 850,21
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	549,20	0,00	1 012,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1 561,32
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. por conta de investim. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL	**2 283 113,28**	**-5 935,03**	**1 012,12**	**0,00**	**0,00**	**126 578,86**	**0,00**	**2 151 611,51**
TOTAL	**214 670 912,95**	**992 147,16**	**11 441 855,22**	**185 994,92**	**-54 442,09**	**181 379,26**	**443 199,15**	**227 126 298,21**



Amortizações e Provisões

Anexo VII (Ponto 8.2 do POCAL)

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

(Un: Euro)

Rubricas	Conta	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	238 242,76	23 866,96	0,00	262 109,72
Outras construções e infraestruturas	4853	39 829 210,67	3 529 192,31	12 410,71	43 370 813,69
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	390 552,69	26 678,82	0,00	417 231,51
Outros bens de domínio público	4859	41 291,35	5 341,01	0,00	46 632,36
SUB-TOTAL		**40 499 297,47**	**3 585 079,10**	**12 410,71**	**44 096 787,28**
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	807 164,14	91 583,85	0,00	898 747,99
Propriedade industrial e outros direitos	4833	239 877,70	51 248,61	0,00	291 126,31
Diferenças de Consolidação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL		**1 047 041,84**	**142 832,46**	**0,00**	**1 189 874,30**
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4822	8 910 744,19	1 025 545,75	-12 410,97	9 923 878,97
Equipamento básico	4823	14 918 480,67	2 190 887,95	-6 758,23	17 102 610,39
Equipamento de transporte	4824	2 736 221,87	79 224,10	0,00	2 815 445,97
Ferramentas e utensílios	4825	962 404,97	39 304,01	-1 114,80	1 000 594,18
Equipamento administrativo	4826	2 451 165,90	211 637,99	-14 647,54	2 648 156,35
Taras e vasilhame	4827	40,00	0,00	0,00	40,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	3 380 005,66	336 303,72	-92 074,28	3 624 235,10
SUB-TOTAL		**33 359 063,26**	**3 882 903,52**	**-127 005,82**	**37 114 960,96**
DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	48121				
Outras construções	48122				
SUB-TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	49				
Partes de capital	491	230 576,17	-126 578,86	0,00	103 997,31
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL		**230 576,17**	**-126 578,86**	**0,00**	**103 997,31**
TOTAL		**75 135 978,74**	**7 484 236,22**	**-114 595,11**	**82 505 619,85**

Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA; ABAP; BIOCANT.

Municipal / Assembleia Municipal

ENCERRAMENTO

O presente **Relatório de Gestão** e documentos anexos, composto por **64 folhas**, devidamente numeradas e rubricadas, foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de Cantanhede, realizada em **14 de junho de 2016**

O Presidente da Câmara,

Os Vereadores:

64

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O Relatório de Gestão que antecede mereceu aprovação por (1) _____, da Assembleia Municipal (2) _____ em sua sessão (3) ordinária do dia ___ de junho de 2016, pelo que ficam todas as suas folhas e anexos rubricadas pelos seus membros que abaixo assinam o presente termo.

O Presidente,

O 1º Secretário

O 2º Secretário

(1) – Unanimidade ou maioria...;
(2) – Excepto quanto à matéria inscrita a fls..., sob os n.ºs...;
(3) – Ordinária, ou extraordinária.